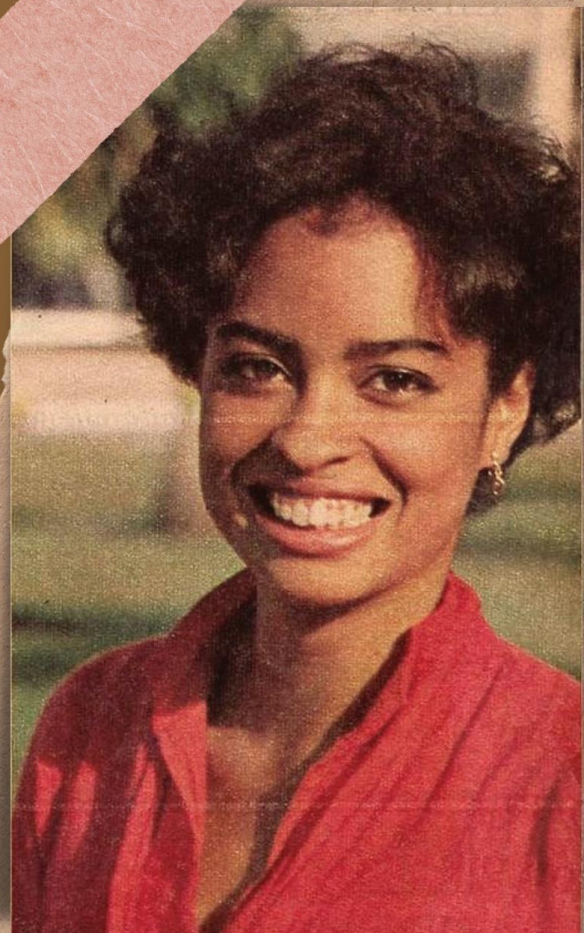




Biblioteca Feminista Mônica de Menezes Campos

Acervo de Bibliografia Feminista
de Relações Internacionais





FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, 2007, p. 291-308.

Emily Campos Saraiva

Credenciais da autora

Nancy Fraser é uma teórica crítica feminista norte-americana que realizou importantes contribuições em debates sobre capitalismo, reconhecimento, políticas afirmativas, democracia, justiça e feminismo, sendo referência na teoria crítica contemporânea e uma das principais teóricas da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos. Fraser é titular da cátedra Henry A. and Louise Loeb de Ciências Políticas e Sociais da New School University, além de ser autora de diversas obras, tais como: *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista* (1997); *Políticas Feministas na Era do Reconhecimento: Uma Abordagem Bidimensional da Justiça de Gênero* (2002); *Feminismo para os 99%: Um manifesto* (co-autoria de Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, 2019); e, *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica* (co-autoria de Rahel Jaeggi, 2020). Nesse sentido, o presente artigo se insere dentro das produções da agenda de pesquisa de teorização feminista da autora.

Resumo e informações principais do texto

O presente artigo se insere no arcabouço bibliográfico que busca compreender o dinâmica mundial após o atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a partir de uma perspectiva que reflita sobre como reinventar o projeto feminista em um mundo sob o processo de globalização, entendendo as mudanças no feminismo no contexto das transformações do capitalismo pós-guerra e na geopolítica pós-comunista.

Fraser inicia apontando que, no contexto pós-11 de setembro, houve uma mudança geográfica da efervescência feminista, tendo se deslocado dos Estados Unidos para a Europa. Dessa forma, a autora vai buscar uma justificativa para esse fenômeno a partir da historização do movimento feminista, especialmente durante a segunda onda do feminismo. Nesse sentido, ela divide a segunda onda do feminismo em três fases: a 1ª fase, relacionada aos novos “movimentos sociais”; a 2ª fase que se refere às políticas de identidades; e, a 3ª fase, praticado como políticas transnacionais em espaços transnacionais emergentes.

Na primeira fase, durante a década de 60, ocorreu a eclosão dos conflitos sociais presentes no *welfare state*, onde havia a solidariedade institucionalizada, mas limitada entre as classes (excluindo gênero, raça e etnia). A partir do rompimento dessa contenção, surgem características centrais da modernidade capitalista – naturalizados no *welfare state* e que privilegiavam certas camadas –, trazendo novos atores sociais que formariam novos movimentos sociais. No que tange ao movimento feminista, estabeleceu-se uma relação ambivalente com a social-democracia, isto é, o *welfare state*: por um lado, criticava-se seu processo de marginalização de alguns segmentos da população, mas por outro, apropriava-se de seu imaginário socialista. Assim, buscava menos o seu desmantelamento do que transformá-lo em uma força que pudesse remediar a dominação masculina.

Não obstante, com a onda do neoliberalismo, os movimentos feministas que tinham o *welfare state* como ponto de partida, perceberam que haviam mais condições de se apoiarem nessa perspectiva. Nesse contexto, a autora identifica a mudança no “imaginário feminista”.

Nessa segunda fase, a partir do declínio da chamada “Nova Esquerda”, as ideias anti-economicistas, presentes na fase anterior, foram ressignificadas e incorporadas em um novo imaginário político, estando presentes questões culturais. É nessa fase que o feminismo se reinventa como política de reconhecimento.

Nesse sentido, Fraser apresenta enquanto equívoco do feminismo nesse momento: a mudança para uma política cultural de reconhecimento ocorreu justamente no momento em que o neoliberalismo recuperava seu fôlego, o que, para ela, foi uma grande armadilha, visto que houve a subordinação das lutas sociais e da política da redistribuição, às lutas culturais e da política do reconhecimento. Tal subordinação enfraqueceu as lutas do movimento por mudanças sociais, de modo que, nessa fase, o aparente desprezo por parte das feministas, fortaleceu a direita que pôde levar a cabo seu projeto de redistribuição regressiva – que especificamente nos Estados Unidos terá como quadro ilustrativo a vitória de Bush para a presidência.

Na última parte do texto, a autora trata a respeito do início da terceira fase, fortemente presente na Europa, onde as feministas tentam reintegrar essas duas importantes dimensões, isto é, a redistribuição e o reconhecimento, mas de modo a extrapolar o Estado territorial, ampliando o alcance da justiça e evitando o obscurecimento de fontes de injustiças empreendidas nas relações organizadas pelo Estado. Ademais, a autora demonstra certa preocupação referente à “representação” que traria uma relação de igualdade nas áreas de poder onde possam se colocadas determinadas demandas. Dessa forma, nessa perspectiva, Fraser compreende que o feminismo transnacional deverá reconfigurar sua noção de justiça de gênero, baseando-se na tríade: redistribuição, reconhecimento e representação.

Comentários

Compreendendo o texto a partir da época em que foi escrito, a análise de Fraser traz uma perspectiva importante para se pensar na teorização feminista, sendo uma bibliografia relevante para se refletir, por exemplo, a respeito da apropriação da teoria feminista por parte de novos debates e em novos contextos, enxergando suas limitações e possibilidades. Não obstante, com a evolução do debate feminista e de seu papel social, a visão da autora da dimensão do “reconhecimento” é um tanto quanto limitada. Nesse sentido, abordagens decoloniais e do feminismo negro abordam como a compreensão da trajetória da mulher negra é e deve ser entendida de forma distinta da trajetória da mulher branca, uma vez que a primeira é atravessada de processos e desigualdades estruturais que a segunda não vivencia. A vulnerabilidade e a posição social dessas mulheres é distinta e precisa ser compreendida tendo essa desigualdade, que também perpassa o âmbito econômico, como historicamente dada, para que possa, a partir disso, empreender esforços que desafiem e modifiquem essa realidade.

QUEM ESCREVEU?



Emily Campos

Jovem profissional de Relações Internacionais, com Bacharel na área pela UFRRJ. Atualmente, cursando o último ano de mestrado, também em Relações Internacionais, pela UNILA e especialização em Direito Internacional (DI) pelo CEDIN.

Pesquisadora com interesse e experiência em Direitos Humanos, Direitos Humanos das Mulheres, DI e Organizações Internacionais.

